

## Bocas de fogo no conflito entre forasteiros e paulistas

Tarcísio de Souza Gaspar\*  
Email: [tarcisio.gaspar@gmail.com](mailto:tarcisio.gaspar@gmail.com)

Resumo: este artigo investiga as vozes orais e as murmurações veiculadas na Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, entre os anos de 1706-10. Objetiva-se problematizar a natureza da opinião pública colonial, enquanto lugar social de conflito, onde se chocam linguagens e interesses políticos divergentes.

Palavras-Chave: revolta, vozes e murmurações

Abstract: This article investigates the whisperings and oral voices [murmurings] transmitted during Emboabas' War, in Minas Gerais, between years of 1706-10. It objectifies question the nature of the colonial public opinion, while social place of conflict, where we shock languages and divergent political interests.

Keywords: revolt, voices and murmurings.

Este artigo investiga as vozes orais e as murmurações veiculadas na Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, entre os anos de 1706-10. Objetiva-se problematizar a natureza da opinião pública colonial, enquanto lugar social de conflito, onde se chocam linguagens e interesses políticos divergentes.

Desde o afã migratório de fins do século XVII, a região mineradora foi palco para mil murmurações e outras tantas histórias veiculadas de boca em boca. O conteúdo épico do povoamento, a carestia alimentar, as dificuldades da viagem e da sobrevivência, enquanto discursos ligados ao período desbravador, logo se juntaram às disputas entre os grupos aventureiros. À animosidade de taubateanos e paulistas, seguiram-se as escaramuças com os forasteiros, polemizando o nascedouro das Minas. A guerra dos emboabas se deu também, ou principalmente, no campo da boataria. Menos habilidosos no trato com os rumores, os paulistas sofreram desgastes simbólicos que contribuíram para a sua derrota. Depois deste conflito, a introdução de administradores e de funcionários, a montagem do aparelho fiscal e a regulação do cotidiano colonial acirraram as línguas dos moradores. A concentração de riquezas e de recursos humanos, simbólicos e políticos nas mãos de poucos indivíduos constituíram a

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Com ligeiras modificações, este artigo é parte de minha dissertação de mestrado, intitulada *Palavras no Chão: murmurações e Vozes em Minas Gerais no século XVIII*, defendida em abril de 2008. Agradeço ao professor Guilherme Pereira das Neves, que orientou a realização do trabalho; às professoras Maria Beatriz Nizza da Silva e Laura de Mello e Souza e ao professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, integrantes da banca avaliadora. Agradeço, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), financiadora da pesquisa.

garganta-raiz deste palavrado. A opinião pública das Minas conformou-se à sociedade que a gerava.

A experiência social da mineração foi algo inédito aos parâmetros da colonização portuguesa. A confluência de diversas correntes de povoamento, distintas quanto às origens, fez das Minas Gerais região onde se chocaram, ao máximo, alteridades culturais e ambições políticas divergentes. Se os paulistas bandeirantes, com seus séquitos de índios carijós, foram os primeiros a descobrir e a povoar as serras auríferas, obtendo em seguida o reconhecimento régio nas mercês e nos postos militares locais, os anos iniciais do século XVIII alteraram a feição unívoca da ocupação. Despejando gente alheia ao movimento bandeirante, o surto migratório pôde inflamar interesses díspares entre os povoadores.

No plano administrativo, a complexidade social das minas ensejou dois raciocínios opostos. Por um lado, corriam as mazelas do afã migratório: grossos contingentes de vadios e de desordeiros; padres eloquentes que renegavam o quinto; preços inflacionários; sumiço das gentes; descaminhos do ouro através da Bahia. Entretanto, o conúbio social da mineração trouxe à coroa uma nova opção política de negociação. Conforme os paulistas perdiam o monopólio da ocupação, crescendo a chegada dos forasteiros, delinear-se brechas sociais importantes, que a metrópole devia explorar no intuito de fortalecer sua própria posição no interior das Minas.

Em fins do século XVII, já circulam reclames, em que os paulistas, sentindo a ameaça emboaba, reivindicam prioridades políticas e de distinção no domínio das minas. A 7 de abril de 1700, a câmara de Piratininga endereçou carta ao rei, solicitando não fossem doadas datas de terra senão aos nativos do Planalto, “que foram os descobridores e conquistadores das ditas minas, a custa de suas vidas e gasto de sua fazenda sem dispêndio da fazenda real”.<sup>1</sup> Mas a concorrência dos forasteiros aumentou continuamente nos anos seguintes. Percebendo as disputas, as autoridades coloniais puderam imiscuir-se, atuando sempre de forma ambivalente: se, por um lado, uniam-se a partido específico, em busca de poder e de soberania particulares, de outro, jogavam com a representatividade régia, inserindo a dimensão pública da monarquia no interior dos distúrbios.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Odilon Nogueira de MATTOS “A Guerra dos Emboabas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 1, v. 1, p. 324-334; p. 325.

<sup>2</sup> Embora não se reportasse à burocracia de Minas, o estudo clássico de Stuart B. SCHWARTZ demonstrou a validade desta ambivalência: “nossa premissa básica é de que o governo e a sociedade no

A animosidade se intensificou a partir de 1706. Fernando Martins Mascarenhas, governador do Rio de Janeiro, foi figura chave do conflito. Contrariando determinações de Lisboa, Mascarenhas enredou alianças políticas nas minas, protegendo indivíduos de sua parcela, todos “cariocas”, segundo termos de época. Em seu governo, os paulistas foram preteridos em alguns postos de poder, perdendo-os para pessoas ligadas ao governador. Isto ficou particularmente claro quando o contrato de fornecimento de carnes, que era desejado por paulistas, foi arrematado novamente por Francisco do Amaral Gurgel, forasteiro, fâmulos de Mascarenhas. O contratador também estava associado à figura do frei Francisco de Meneses, poderoso clérigo da facção “carioca”, especialmente devotado aos negócios de arrematação. Os descontentes paulistas, capitaneados por Bartolomeu Bueno Feio e Domingos da Silva Monteiro, dois dos maiores bandeirantes, opuseram-se ao estanco em São Paulo e em Ouro Preto, insuflando revolta contra o contratador, que foi obrigado a fugir. Depois do tumulto, a hasta das carnes foi suspensa por dom Fernando, e extinta por decisão régia de 1709.<sup>3</sup> Outra tentativa de estanco também desembocou na resistência paulista, quando três padres reinóis – frei Francisco de Meneses (que já capitaneara o contrato anterior), frei Firmo e frei Conrado – almejaram monopolizar a venda de tabaco. Como este gênero era “coisa que os negros, índios, bastardos e brancos gostavam sem medida”, houve oposições encabeçadas pelo grupo de descobridores, impedindo a usurpação do fumo, “ainda que para o efeito se haviam empenhado (...) [os] filhos de Portugal, que já faziam figura de poder e respeito”.<sup>4</sup>

Como se sabe, a antipatia entre paulistas e forasteiros possuía origens diversas, que iam desde alteridades culturais (notadas nos hábitos de vida distintos entre os dois grupos, tendo os paulistas fortes traços ameríndios), passando pelas disputas por cargos

---

Brasil colonial estruturaram-se a partir de dois sistemas interligados de organização. Em um nível havia a administração controlada e dirigida pela metrópole, caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais, que amarrava os indivíduos e os grupos às instituições políticas do governo formal. Paralelamente, existia teia de reações interpessoais primárias baseadas no interesse, parentesco ou objetivos comuns que, embora não menos formal, não contava com o reconhecimento oficial.” *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1690-1751*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1979, p. XI.

<sup>3</sup> Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. São Paulo: FFLCH/ USP, Tese de doutoramento, 2002, p. 80-81.

<sup>4</sup> NOTÍCIAS dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. *Código Costa Matoso. Coleção das Notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Coordenação Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, v. 1, p. 192.

e mercês, até chegar ao confronto pelo domínio da estrutura econômica, nas tentativas de açambarcar as lavras e as rotas comerciais de abastecimento.<sup>5</sup> No entanto, embora o confronto opusesse, num plano principal, *poderosos* de ambos os lados, houve também a maciça participação de grupos pobres, como índios (ou carijós, escravos silvícolas que lutavam junto aos paulistas) negros e mulatos.<sup>6</sup>

Entre 1707 e 1708 sucedem-se diversas escaramuças entre os dois grupos, fazendo com que o espaço interno das minas fervilhasse rumores.<sup>7</sup> Segundo percebeu Diogo de Vasconcelos, o litígio “servia então de tema assentado a todas as conversações”.<sup>8</sup> Como o conflito intensificasse as vozes presentes, anunciaram-se os contornos da opinião pública colonial, que, pela primeira vez, fazia-se ouvir nas Minas.

O primeiro murmúrio a encontrar ampla difusão adveio com o famoso caso da espingarda, em Caeté, em dias de outubro de 1708. Como um “homem pobre emboaba” entrasse em discussão com outro paulista acerca da arma, que um teria emprestado ao outro, sem obter devolução, movimentaram-se as redes de alianças, que, como imã,

---

<sup>5</sup> É corrente a idéia de que os emboabas trouxeram inovações econômicas às minas, ultrapassando os paulistas na administração dos negócios e das lavras. Charles BOXER *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p 87-109.

<sup>6</sup> Durante os primeiros vinte anos do século XVIII, houve importante setor da escravidão mineira preenchido por índios, principalmente entre os paulistas. Ver Renato Pinto VENÂNCIO. “Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725”. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

<sup>7</sup> Há inúmeros casos de violência, às vezes seguidos por assassinatos. Alguns relatos pró-emboabas destacam os procedimentos tirânicos dos paulistas, como motivadores da antipatia. José Álvares de Oliveira descreve-os como mandões e bárbaros, que viviam por entre os matos, para depois promoverem algazarras nos arraiais. Eis o caso de um taubateano que assustava o Arraial Novo, no Rio das Mortes: “um taubateano cognominado Jaguará, que pela língua da terra é o mesmo que cachorro bravo, o qual quando se embriagava tomava por empresa o fazer-se pôr a cavalo e, armado com os seus escravos, encaminhar-se por distância de mais de uma légua para este arraial, e entrava por ele dando mostras de sua bebacidade pelas bocas de suas espingardas, semeando as ruas de chumbo, e pela sua mesma boca com tais latidos que o mesmo era Jaguará neste arraial que o Cérbero no inferno, e em tudo o mesmo, porque se o Cérbero no inferno era faminto das almas o Jaguará nas Minas o era das vidas, em que ceava a sua fome e a de alguns amigos que se queriam valer da sua boa vontade.” HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimentos das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas. *Códice Costa Matoso...* p. 278-79 Por outro lado, relatos pró-paulistas culpavam os emboabas como ingratos e traidores, praticantes de violência contra aqueles que os haviam recebido e amparado inicialmente nas minas. Está é a opinião defendida no depoimento a seguir: “Correndo os tempos em 1709 para 1710, houve o pernicioso levantamento (...) dos ingratos filhos da Europa contra os famosos descobridores destes haveres, para remédio de tantos desvalidos europeus e contra os paulistas, não menos empregados nos mesmos descobrimentos e benefícios aos mesmos ingratos, nome este de paulistas odioso entre aqueles que os não puderam imitar nem deixar de receber destes os favores, que os constituíram ingratos (...) em quem (...) sobre a ambição de senhorear o alheio por meios violentos ou menos razoáveis.” NOTÍCIA dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. *Códice Costa Matoso...* p. 177.

<sup>8</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 2, p. 32. RELAÇÃO do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira. *Códice Costa Matoso...*p. 198.

atraíam o envolvimento dos poderosos. Os emboabas aglutinaram-se em torno de Manuel Nunes Viana, enquanto os paulistas recorreram a Jerônimo Pedroso de Barros e a seu irmão, Valentim, pois “naquele tempo quem tinha vinte ou trinta [escravos] era respeitado entre os mais”.<sup>9</sup> O caso acabou mal-resolvido e as desavenças políticas se refletiram num conjunto contraditório de boatos. “Mexericos diabólicos” vão ter aos paulistas, acusando-os de covardia por evitarem o confronto com os agregados de Nunes Viana. Como resposta, um murmúrio de desforra é veiculado em nome dos ofendidos, segundo o qual estariam eles ajustados para assalto – “dar uma alboroadá” – à casa forte daquele potentado reinol.<sup>10</sup> O conteúdo rixento das notícias, divulgadas em burburinho, fazia esquecer o bem-comum e, em meio à “inquietação de um povo alvoroçado”, “sempre traz consigo estragos que dão [o] que sentir”.<sup>11</sup> Como percebeu Charles Boxer, tinha abertura, neste momento, o clima de adversidade entre os dois partidos, envolto nas intrigas do vozerio, que anunciava publicamente dizeres desonrosos a ambos os lados, “numa espécie de Vésperas Sicilianas”, em que cada um “suspeitava que o outro estivesse conspirando para massacrar o adversário”.<sup>12</sup>

Manuel de Borba Gato, guarda-mor paulista, alia-se ao grupo de Jerônimo e Valentim Pedroso, publicando edital de expulsão de Manuel Nunes Viana. Com isto, tem início um rápido debate de papéis veiculados: o emboaba lança o seu, replicando negativamente à ordem de evasão; em seguida aquele manda tréplica, reafirmando a sentença. Borba Gato justificou seu mandato de expulsão argumentando que Manuel Nunes, além de “cabeça de motins”, era o controlador da rede de negócios ilegais, vinculada ao comércio com a Bahia, via sertão do São Francisco, em desrespeito à ordem proibitiva, que vedava o trajeto, tendo em vista coibir os descaminhos de ouro que por lá se faziam.<sup>13</sup> No lado oposto, o poderoso do sertão desdiz o vaticínio do

---

<sup>9</sup> RELAÇÃO do princípio descoberto destas Minas Gerais ... *Códice Costa Matoso...* p. 197.

<sup>10</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga...* p. 38.

<sup>11</sup> CARTA de Manuel de Borba Gato para o governador dom Fernando Mascarenhas de Lencastre. Rio das Velhas, 29 de novembro de 1708. Documento transcrito por Isaías GOLGUER *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982, p. 100.

<sup>12</sup> Charles BOXER. *A Idade de Ouro do Brasil...* p. 91.

<sup>13</sup> EDITAL de Manuel de Borba Gato. Rio das Velhas, 12 de outubro de 1708. Documento transcrito por Isaías GOLGUER. *Guerra dos Emboabas...* p. 85-86. “[...] este homem [Manuel Nunes Viana] e a sua vinda a estas Minas eram tão prejudiciais à Fazenda de S. Maj. [...] porque não tem mais exercício no Rio de São Francisco que esperar comboios da Bahia, de uma grossa sociedade que tem naquela cidade e tanto que lhe chegam não se contenta com marchar com estes para as Minas senão convir servindo de capitania aos mais comboios, para que nenhum seja tomado do inimigo que nesta conta tem a quem trata da arrecadação da Fazenda de S. Maj. que Deus guarde. Tanto que tem feito o seu negócio nestas Minas, passa palavra a todos os que aqui se acham com ouro para ir por aquela estrada proibida sem pagar quintos, se aparelhem para tal dia, juntando-se todos, e se vão com ele reconhecendo-o por seu General

Borba, desautorizando-o enquanto “ministro substabelecido por outrem”, e, portanto, desprovido do poder para mandar retirá-lo das minas. Quanto às irregularidades dos sertões, Nunes Viana defende-se, dizendo que, “donde é minha capitania, conservo o povo com razão e quietação”; e retruca ao guarda-mor que os verdadeiros “amotinadores” se achariam dentre os “parciais de V. Mercê”.<sup>14</sup> Borba Gato, diante da resistência, publica novo bando, prevendo punir a quem concedesse auxílio ou ajuda ao desordeiro emboaba. O aviso deveria ser afixado nas “nas paredes mais públicas” do distrito do Rio das Velhas.<sup>15</sup>

Concomitante à disputa escrita, há novo acirramento de boatos. Os paulistas de Caeté espalham “notícias em demasia alarmantes”, nas quais vilipendiavam a figura do reinol.<sup>16</sup> De alguma forma, no entanto, Borba Gato retroage de sua posição e consegue acordo momentâneo das partes. Mas, a paz dura pouco. A facção emboaba se organiza, promovendo revoltas em Caeté e Sabará, na segunda quinzena de outubro de 1708. Na descrição dada por Borba Gato, um primeiro motim ocorre quando alguns “bahiences”, entrando pelas casas, convocaram os moradores a segui-los, “se não os haviam de matar”, de molde que mesmo ao indivíduo pacífico “o faziam ir à força”, encaminhando-se todos para a casa de Nunes Viana. Uma segunda alteração se dá por conta de murmúrio falacioso, que se fez público, segundo o qual os paulistas estariam almejando matar os integrantes do motim anterior, encabeçado pelos emboabas. Esta voz, que fora espalhada sob as línguas de frades e clérigos, ensejou nova cizânia entre os forasteiros, motivando-os a repetir a mobilização de véspera. Depois de ajuntada a multidão, os líderes “bahiences” lançaram normas de controle sobre os paulistas, proibindo-os, e a seus escravos, de andarem de noite pelos arraiais, e limitando-lhes a exposição de séquito pessoal, que poderiam trazer em comitiva reduzida de apenas dois pajens.<sup>17</sup>

Já para Bento do Amaral Coutinho, figura importante da facção emboaba, as

---

[...]” CARTA de Manuel de Borba Gato ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Rio das Velhas, 29 de novembro de 1708. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 232-237; p. 233.

<sup>14</sup> CARTA de Manuel Nunes Viana a Manuel de Borba Gato. Caeté, 13 de outubro de 1708. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, p. 229-231.

<sup>15</sup> Bando de Manuel de Borba Gato. Sem data. Documento transcrito por Isaías GOLGUER. *Guerra dos Emboabas...* p. 92.

<sup>16</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga...* p. 60.

<sup>17</sup> CARTA de Manuel de Borba Gato ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Rio das Velhas, 29 de novembro de 1708. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 235.

desordens de outubro haviam eclodido por conta da parcialidade que o tenente Borba Gato nutria junto aos poderosos paulistas da família Pedroso de Barros. Desejando alijar Nunes Viana do controle sobre a rota da Bahia, para substituí-lo por seus parentes, o administrador de Piratininga comprara briga com os forasteiros. Seus editais de expulsão, afixados nas portas das igrejas, soaram como acinte aos emboabas, que, então, capitanearam um “levantamento com duas mil armas”, a fim de violentar os nativos do Planalto.<sup>18</sup>

Depois das revoltas de outubro de 1708, os grupos paulistas de Caeté e de Sabará, receando os confrontos, empreendem fuga para a região das Minas Gerais, nas proximidades de Ouro Preto e de Cachoeira do Campo. Contudo, também ali enfrentam resistências e são varridos mais para o sul, em direção ao Rio das Mortes, enquanto os emboabas levantavam forte no arraial.<sup>19</sup>

Em fins de novembro de 1708, o rumorejar alcança ápice incrível. Conforme relato de Amaral Coutinho, poucos dias depois que os refugiados oriundos do Rio das Velhas se aproximaram dos arraiais do Ouro Preto, correram a notícia de que “juravam os paulistas passar a ferro frio todos os emboabas”. Pequenas movimentações de gente armada criavam clima belicoso. Existiam “vários dizeres sobre o caso”, sendo um deles o boato de que os nativos de Piratininga conspiravam ataque surpresa, no estilo guerrilha, a fim de surpreender pelo meio da noite as guarnições emboabas, “matando tudo o que pudessem matar”. Quando este informe se espalhou, houve motim entre os forasteiros dos arraiais de Ouro Preto, Antônio Dias e Cachoeira do Campo. Na madrugada consecutiva ao distúrbio, ocorreu incêndio em Ouro Preto, atribuído à lavra de dois bastardos e um negro paulistas, a mando de Fernando Pais, poderoso de São Paulo.<sup>20</sup>

Um boato semelhante garantia que, marcado o assalto para o dia 15 de janeiro de 1709, os paulistas concentrados no Rio das Mortes prometiam revanche das desonras sofridas, por meio da qual tinham deliberado “passar a ferro [...] a todos os forasteiros, que vissem em qualquer arraial pertencente às Minas”.<sup>21</sup> Para Diogo de Vasconcelos,

---

<sup>18</sup> CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 237- 245; p. 236.

<sup>19</sup> Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros...* p. 88.

<sup>20</sup> CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 239-40.

<sup>21</sup> Manuel da FONSECA. *Vida do Venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 208.

embora a voz fosse falsa e fantástica, ela pôde acirrar ainda mais os ânimos da refrega, fazendo crer a iminência de violências generalizadas.<sup>22</sup> Outro murmúrio falava em dez mil armas de fogo que estariam sendo ajuntadas pelos moradores de São Paulo, na expectativa de socorrerem aos seus conterrâneos e parentes de serra-acima. Os paulistas pretendiam queimar os paióis de mantimentos, vedar os caminhos e ocupar as brenhas nos matagais, para darem guerrilha aos forasteiros, assassinando-os “com a fome” ou “com as armas”.<sup>23</sup> Seja como for, é precioso reter a essência duradoura destes últimos murmúrios. Ao que tudo indica, a voz do assassinio em massa foi a primeira versão de uma tipologia de boatos que se manteve viva em Minas durante todo o século XVIII. Posteriormente, em diversas circunstâncias, quando pululassem distúrbios políticos, correriam rumores anunciando de supostos genocídios, que um grupo desejava praticar a outro. Nestes murmúrios, havia sempre a recorrência de datas previstas ou previamente determinadas para o massacre – fator que apenas ritualizava o temor verdadeiro em relação às *revoluções* do cotidiano colonial. Apesar de comumente se caracterizarem pelo alarme falso, nunca alcançando nada de concreto, boatos desta natureza não eram menosprezados pela população, que a eles dava crédito, adquirindo daí, importância política de momento e, afinal, longa permanência histórica.

Enquanto circulava o boato genocida, e como resposta a ele, na semana derradeira de dezembro de 1708, o potentado emboaba, Manuel Nunes Viana, líder da facção, é eleito pelos *povos* governador das Minas, com direito a precedências simbólicas de investidura e à distribuição de cargos e postos. Fato curioso da aclamação foi a maneira como, antes dela, se arranjaram pessoas para o engrosso do pleito eleitoral: decidiram os forasteiros “fazer corpo de gente e vir trazendo” até a Cachoeira do Campo; “e assim o fizeram, trazendo todos os reinóis e os mais não sendo paulistas, e todos vieram de boa vontade”. Ajuntada a multidão, ali “fizeram conselho os mais poderosos e elegeram seis eleitores para que estes, a votos, fizessem governador que os governasse, e, com efeito, nomearam ao dito capitão-mor Manuel Nunes Viana”.<sup>24</sup>

Diogo de Vasconcelos descreve a grandiloquência pública que envolveu o ato de posse. Dentro de uma igreja, os padres da facção emboaba dignificam o novo governador, concedendo-lhe prerrogativas divinas, com unção e sagração, a fim de “legitimá-lo à face das turbas”. Ao deixar o templo, Nunes Viana é saudado “entre vivas

---

<sup>22</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga...* p. 43.

<sup>23</sup> CARTA de dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre ao Rei. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 248-54; p. 250.

<sup>24</sup> RELAÇÃO do princípio descoberto... *Códice Costa Matoso...* p. 198-99.



da multidão”, como já não fosse apenas um potentado, e “sim um ministro do poder divino”, imune às oposições alheias, quando “ninguém poderia dali em diante ofendê-lo e maldizê-lo sem sacrilégio”. O acontecimento inédito e insólito imprimiu singularidade excepcional ao conflito entre forasteiros e paulistas, dando “ao exórdio das Minas o prisma dos impérios romanescos”.<sup>25</sup> Por via das dúvidas, fossem verdadeiros ou não, os rituais simbólicos da aclamação devem ter transmitido certa imagem pública, nada irrelevante. Na proporção em que se veiculavam as notícias da insigne nomeação, “o ato tinha um poder espetacular diante da população local”.<sup>26</sup>

O levante emboaba foi qualificado, por um de seus protagonistas, como uma justa reação às tiranias e arbitrariedades perpetradas pelos paulistas. Sublevados contra a situação de “cativeiro em que se viam”, e desejosos de restaurarem a sua “liberdade”, enquanto homens “brancos e livres da escravidão”, os forasteiros intentavam fixar “uma lei comum e estabelecida para conservação de suas vidas, livres daquelas ruínas”. Em vista disto é que justificavam a aclamação de governante e a nomeação de ministros e prepostos militares.<sup>27</sup> Que fique memorizado o teor retórico da justificativa. No decorrer do século, outras vozes viriam repetir argumentos semelhantes, sempre imputando à situação de *escravidão* os motivos que tornariam justas as insurgências políticas dos vassalos mineiros.

Após a eleição do governo particular, os emboabas passam à derradeira ofensiva contra os paulistas, vencendo-os em Ouro Preto – embora não conseguissem tomar o Ribeirão do Carmo, pela resistência dos numerosos taubateanos – e obrigando muitos deles a deixar o Rio das Mortes, reduto dos fugitivos de Sabará, Caeté e Cachoeira do Campo.<sup>28</sup> Detalhe importante destes embates é que todos eles se baseavam no receio das murmurações: perdurava ainda a voz anunciante do revide paulista, justificando, daí, a necessidade de expulsá-los das Minas. A batalha final é coroada no polêmico episódio do “Capão da Traição”, quando, possivelmente, em fevereiro de 1709, uma tropa emboaba liderada por Bento do Amaral Coutinho massacrou, cruel e impiedosamente, um grupo de carijós paulistas que já havia deposto as armas, iludidos com a promessa

---

<sup>25</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga...*p. 74.

<sup>26</sup> Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros...*p. 89.

<sup>27</sup> CARTA de Bento do Amaral Coutinho ao governador dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial do Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 241.

<sup>28</sup> Eduardo Canabrava BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1984, 73.

de quartel.<sup>29</sup>

Mais uma vez, tem-se o debate da boataria. Perante a incerteza do caso, as vozes da época entram em especulações sobre a natureza do morticínio, discutindo sua proporção, ou até mesmo sua realidade. De qualquer forma, parece sugestiva a finalidade contraditória do episódio. Se durante boa parte do conflito entre paulistas e emboabas correra o boato de que os primeiros conspirassem o assassinio dos segundos, o desenlace do “Capão” invertia o pólo da mensagem. Agora eram os forasteiros os autores presumíveis do genocídio – inversão que, por sua vez, inseria na história do conflito uma forte carga moral, sob a lição de que o feitiço voltara-se contra o feiticeiro.

As notícias que informavam das incríveis desordens mineiras chegaram rapidamente ao Rio de Janeiro, dando causa a que o governador carioca, dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, decidisse subir até os distritos do ouro na tentativa de apaziguar a região e punir os transgressores. Como se notara na época, teriam sido os “ecos dos acontecimentos das Minas” que fizeram mover o representante governamental, embora ele estivesse formalmente impedido de ir aos núcleos da mineração, segundo recomendação régia.<sup>30</sup>

Mascarenhas explicou ao rei que sua viagem a Minas tornara-se emergencial.

---

<sup>29</sup> O padre Manuel da FONSECA descreve o episódio da seguinte maneira: “Era este sujeito [Bento do Amaral Coutinho] pouco sofrido, e cheio de cólera partiu logo a buscá-los [aos paulistas]. Divertiam-se eles naquela ocasião com o exercício da caça em um dilatada campina, que cercava um Capão ou uma pequena mata, onde tinham os seus alojamentos, e supondo que o Cabo era o mesmo Amaral, a quem eles conheciam por bravo e cruel, se retiraram à mata com ânimo de resistirem à fúria dos forasteiros, que os buscavam. Tanto que estes os viram recolhidos, cercaram a mata: mas foram recebidos com uma descarga das clavinas, que empregando a sua violência nos sitiadores, mataram logo um valente negro e a muitas pessoas principais deixaram feridas. Como os forasteiros os não podiam ofender, e só pretendiam tirar-lhes as armas, e não as vidas, persistiram no cerco uma noite e um dia, despachando logo para o Arraial [Novo] os feridos para serem curados. No dia seguinte mandaram [os paulistas] um boletim com bandeira branca, pedindo bom quartel, e prometendo entregar as armas. Concedeu-lhes Bento do Amaral o que pediam, mas faltando como pérfido, e cruel, tanto que os viu sem armas, deu ordem em altas vozes, para que os matassem; e sem mais conselho, acompanhado dos escravos, e ânimos mais vis daquele exército, ainda que com pena, e repreensão das pessoas de maior suposição e qualidade, que nele se achavam, fez um tal estrago naqueles miseráveis, que deixando o campo coberto de mortos e feridos, foi causa de que ainda hoje se conserve a memória de tanta tirania, impondo àquele lugar o infame título de Capão da Traição.” *Vida do Venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 209-10. Um depoimento de José Álvares de Oliveira também se reporta ao caso: “[...] o dito Amaral [...] pôs sítio ao dito capão. E os paulistas, como que nada temiam, temerariamente pegaram nas armas, deram tiros e feriram alguns emboabas, causa por que os mais, cheios de cólera, apertaram o cordão. E ganhando o mato puseram os paulistas as armas em terra e pediram quartel; e sendo levados à presença do comandante foram mortos a sangue frio (tirano massacre e ímpia execução abominada de todos os que têm por próximos). Alguns dias depois desta ação cruenta, determinou o dito Amaral retirar-se, como com efeito se pôs em marcha de volta destas minas [do Rio das Mortes] para as Gerais.” *HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimentos das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas Códice Costa Matoso...* p. 281.

<sup>30</sup> *HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes... Códice Costa Matoso...* p. 234.

Dando crédito à carta que recebera de Manuel de Borba Gato, o governador carioca entendia que a sua presença, enquanto funcionário real, impor a respeito aos forasteiros, fazendo-os cessar a perseguição contra os paulistas. Dom Fernando julgava que os levantes haviam sido obra dos emboabas. Capitaneados por Nunes Viana, eles teriam burlado a prerrogativa régia, ao nomearem, de moto-próprio, postos e cargos de governo. Com sua ida, o general carioca pretendia aprisionar “os delinquentes, cabeças deste tumulto”, conservando, com isto, “os paulistas nas Minas, por serem seus estes descobrimentos”.<sup>31</sup>

Entretanto, se havia trânsito discursivo que descia das montanhas em direção ao litoral, o inverso também era verdadeiro. Tão logo se soube da ida de Mascarenhas às Minas, começaram ali, novamente, os burburinhos de expectativa. Conforme anunciaram alguns murmúrios mais acirrados, o governador carioca malsinara a figura de Manuel Nunes Viana, entendendo-o como “régulo” e a todos os seus seguidores como “desleais à Majestade”. Munido de “arengas deste teor” é que Mascarenhas decidira “vir às Minas a apelar do governo ao Viana (dizia ele) e a pôr de posse aos paulistas”, enquanto descobridores da região e “mais leais a el-rei”.<sup>32</sup> Outros boatos garantiam que o governante fizera promessa aos paulistas, “dando satisfação (...) que havia de castigar [aos emboabas]”.<sup>33</sup> Veiculavam-se a animosidade e o receio com que os forasteiros temiam a interferência governamental nos embates mineiros, haja vista a iminência de punições.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, os sucessos de Minas acirraram o burburinho local. As desordens haviam prejudicado o comércio entre a praça litorânea e o interior colonial. Os negociantes cariocas previam a perda dos capitais emprestados aos mineiros. Os boatos eram vários, agravados ainda pela situação de desconforto e de insegurança, criada com a presença de piratas franceses nas redondezas da Guanabara. Quando o governador Mascarenhas decidiu endireitar-se para as Minas, um missivista calculava que muitos comerciantes desejariam acompanhar a autoridade, na expectativa de “fazerem bom negócio e [de] cobrarem o que lá tem”. A expedição faria com que se “despovoasse meio Rio”.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> CARTA de dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre ao Rei. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 252.

<sup>32</sup> RELAÇÃO de algumas antiguidades das Minas. *Códice Costa Matoso...* p. 223.

<sup>33</sup> NOTÍCIAS do descobrimento das minas de ouro e dos governos políticos nelas havidos. *Códice Costa Matoso...* p. 247.

<sup>34</sup> CARTA de Domingos Duarte de Carvalho a Manoel Mendes Pereira, em Lisboa, dando notícia do levantamento dos emboabas. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1709. José Soares de MELLO. *Emboabas:*

Em abril de 1709, Mascarenhas chegou aos arraiais do Rio das Mortes. Como as principais forças emboabas, que haviam participado da movimentação armada, tivessem se retirado para o norte, sua localidade originária, logo depois do episódio do “Capão”, o governador foi recebido no Arraial Novo (futura São João del-Rei) de forma amistosa e honorífica. Dom Fernando vinha acompanhado de sua comitiva, além de dois corpos de infantaria trazidos do Rio. O Arraial recebe-os com regozijo, desferindo salva de tiros e “luminárias de três noites sucessivas”, conforme depoimento bastante parcial de uma testemunha. No dia consecutivo à chegada, o governador reúne os moradores para adverti-los, em discurso público, acerca das desordens contemporâneas. Perante os ouvintes apareceu e “fez a todos sua prosa: estranhando semelhantes revoluções e contendas, como se não fossem todos portugueses, vassalos do mesmo príncipe, e assim o que o trouxera às Minas era sossegar os moradores delas”.<sup>35</sup> Depois da fala em praça pública, Mascarenhas negocia acordo privado com alguns procuradores locais, divididos entre paulistas e emboabas, na tentativa de esmorecer o conflito. Para isto, distribui postos e atribuições aos dois lados, numa clara tentativa de cooptar as principais lideranças do Rio das Mortes.

Decidido a seguir com sua ação pacificadora, Mascarenhas objetivava subir às minas de Ouro Preto. Mas, quanto a isto, muitas vozes advertiram os empecilhos da jornada. Ainda no Arraial Novo correram avisos da oposição que os emboabas de cima prometiam fazer à presença do governador. Neste momento os boatos de animosidade espalharam histórias politicamente perigosas. Eles se concentraram, sobretudo, na parcialidade que supunham no governador, como fosse ele vingar as desonras sofridas pelos paulistas, restaurando-lhes o poder. Neste sentido, a conferência dos procuradores no Rio das Mortes, que também envolvia representantes paulistas, parece ter feito crer a disposição com que Mascarenhas pretendia “favorecer aos paulistas não só como descobridores das minas que estavam descobertas, mas também para que continuassem em descobrir mais”. Segundo diziam alguns murmúrios, o general fazia-lhes “muitos agasalhos”, chegando mesmo a “premiá-los com patentes de infantaria da ordenança”, tudo isto no intuito de “restituir-lhes alguns bens que lhes tinham usurpado e

---

*chrônica...* p. 258. Veja-se também CARTA de Luiz de Almeida Correia d’Albuquerque dando conta das discórdias dos emboabas. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1709. CAPÍTULO de uma carta do Rio de Janeiro remetida para as Ilhas em que há notícias das rebeliões contra os emboabas. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1709. CARTA de Manuel de Souza historiando o levantamento dos emboabas. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1709. Documentos transcritos por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 258-263.

<sup>35</sup> HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas. *Códice Costa Matoso...* p. 234.

ultimamente conservá-los no seu antigo poder e desbarates”.<sup>36</sup>

Mas não foi só. Os boatos exageraram enormemente os melindres da situação, alvitando vozes extremas. Conforme propagavam algumas delas, dom Fernando trouxera “um lote de bestas carregadas com algemas e correntes no propósito de levar para o Rio os [emboabas] que mereceram pena de morte”.<sup>37</sup> Para José Joaquim da Rocha, a voz anunciava “cargas de correntes e outros instrumentos de ferro” que seriam usados “para punir os cúmplices do levantamento e conspiração contra os paulistas”.<sup>38</sup> Havia aqui a preocupação deliberada dos emboabas em relação ao crime de lesa-majestade, por eles cometido, naquela usurpação das prerrogativas régias, como fora a eleição espontânea de Nunes Viana para o governo das minas.

Uma vez derramado o boato dos grillhões, os chefes emboabas puseram-se em movimento de resistência. Um séquito volumoso, “bom pé de exército”, composto de brancos e seus negros, ruma em direção a Cachoeira do Campo, no fito de impedir a passada de dom Fernando, que deixara o Rio das Mortes em direção às Gerais. J. J. da Rocha descreveu os preparativos da barreira: “se dispôs Manuel Nunes Viana a disputar a entrada, armou em tom de política e cortejo um grande número de homens de cavalo”. Além disso, Viana publicara um bando que prometia pena de morte a quem concedesse guarida à autoridade.<sup>39</sup>

A caminho das Gerais, no Rodeio de Itatiaia, proximidades de Cachoeira do Campo, Mascarenhas foi surpreendido pela multidão que, capitaneada por Manuel Nunes Viana e outros poderosos da facção, vedou-lhe a passagem. O encontro foi marcado por névoas memorialísticas dissonantes, cada uma das quais descrevendo enredo diferente. No entanto, em meio à diversidade de versões, alguns relatos retiveram o vozerio público do embate. Tão logo avistaram a figura do governador, “toda a gente (...) clamava com vozes descompostas: ‘Fora dom Fernando e venha o nosso governador!’, dando a este muitos vivas”.<sup>40</sup> Outros depoimentos notaram o “alarido (...) excessivo de caixas, clarins e muitos mil negros armados de espadas,

---

<sup>36</sup> RELAÇÃO de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas. *Códice Costa Matoso...* p. 206.

<sup>37</sup> Diogo de VASCONCELOS. *História Antiga...* p. 91.

<sup>38</sup> José Joaquim da ROCHA. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição Geográfica, topográfica, Histórica e Política da capitania de Minas Gerais/Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento\Fundação João Pinheiro\centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 88.

<sup>39</sup> J. J. da ROCHA *Geografia Histórica...* p. 88.

<sup>40</sup> RELAÇÃO de algumas antiguidades das Minas. *Códice Costa Matoso...* p. 223.

catanas e armas de fogo”.<sup>41</sup> Acompanhando o retumbar dos batusques e o toque dos clarins, os gritos de guerra descompunham e ameaçavam o representante régio: “Viva o *nosso* general Manuel Nunes Viana e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro”.<sup>42</sup> Acuado, o governador carioca desfere meia volta, retornando ao Rio sem alcançar as minas de Ouro Preto.

Embora o cerco de Mascarenhas tenha sido episódio *sui generis* na história de Minas Gerais, haja vista seu caráter único, jamais repetido<sup>43</sup>, ele pode revelar detalhes importantes, estes sim *estruturais*, da ritualística oral que envolvia os momentos de acirramento rebelde. A fórmula discursiva que predizia morte às autoridades indesejadas e saudava com vivas o seu reverso foi liturgia de insubordinação muitas vezes praticada nas vozes do século XVIII mineiro.<sup>44</sup>

O humilhante retorno de dom Fernando ocasionou impressões públicas no centro da monarquia. As notícias do fracasso chegaram a Lisboa em junho de 1709, através de correspondências particulares que antecederam o próprio aviso oficial do governador. Segundo Charles Boxer, a novidade causou “grande alarme” em Portugal, agravado ainda pela delicada situação política do reino, com as agruras da Guerra de Sucessão Espanhola.<sup>45</sup> Entretanto, antes mesmo de tomar conhecimento das desordens, a coroa já nomeara sucessor para o governo carioca, na pessoa de dom Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que imediatamente tomou posse, em julho do mesmo ano. A nova autoridade tinha missão importante a cumprir: pacificar a região aurífera, viajando para ela tão logo chegasse ao Rio. Urgia controlar os distúrbios, haja vista as ameaças internacionais que rondavam a porção sudeste do Brasil, namorada pelos inimigos franceses e, até mesmo, pelos aliados ingleses.<sup>46</sup>

Como tarefa ingrata e perigosa, a passagem de Albuquerque às minas foi feita, contudo, de forma hábil e inteligente. Aprendendo com os erros de seu antecessor, ele procurou agir ocultamente, sem alardes ou anúncios, e viajou sigiloso, desprovido de força militar e apenas seguido de pequena escolta. A artimanha de invisibilidade

---

<sup>41</sup> NOTÍCIAS do que ouvi sobre o princípio destas Minas. *Códice Costa Matoso...* p. 219.

<sup>42</sup> J. J. da ROCHA. *Geografia Histórica...*p. 88.

<sup>43</sup> Há que ressaltar, contudo, a semelhança simbólica que envolveria também o futuro cerco do governador de Minas, dom Brás Baltasar da Silveira, em 1715. Resguardadas as devidas proporções, é possível enxergar paralelo entre as afrontas sofridas pelos dois governadores. O cerco de dom Brás será mencionado no próximo subcapítulo.

<sup>44</sup> Veja-se Carla Maria Junho ANASTASIA. *Vassallos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998.

<sup>45</sup> Charles BOXER. “Paulistas e Emboabas”. *A Idade de Ouro do Brasil...*p. 97 e 101.

<sup>46</sup> PROVIDÊNCIAS do Conselho Ultramarino a respeito da luta dos emboabas. Lisboa, 3 de agosto de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 272.

evitava, assim, o extravasamento da boataria, que há pouco criara dificuldades. A surdina deste governador, por seu pioneirismo, marca o surgimento de uma tática política seguidamente utilizada pelas demais autoridades que pisaram o solo mineiro. Não que elas viajassem ocultas, mas, que ocultas fossem suas motivações e seus interesses. Embora nem sempre tivesse sucesso, a demanda pelo sigilo era muitas vezes preferida, quando houvesse a ameaça das vozes públicas, tanto mais prejudiciais quanto maiores os efeitos políticos das murmurações.

Sem ser notado, dom Antônio endireita-se cirurgicamente ao centro político das inquietações e chega até Caeté, local de residência de Manuel Nunes Viana, em outubro de 1709. No momento em que Albuquerque entrevista-se com o chefe aclamado da facção, o movimento emboaba já mostrava sinais de esfacelamento interno, causados por disputas entre os potentados. Houve rugas quanto à partilha de cargos, desagradando alguns membros da cúpula. Também a população de Sabará se revoltara contra o estanco de carnes, que o governador eleito ordenara, “por este querer que nenhuma pessoa tivesse cortes de gados senão somente se cortasse os seus que lhe vinham do sertão”.<sup>47</sup> Este motim contra o monopólio abastecedor fora chefiado por um religioso local, “a quem acompanhou a maior parte daquele povo” – numa curiosa demonstração de que os clérigos podiam se imiscuir em tumultos contra qualquer autoridade instituída fosse ela oficial ou presumida.<sup>48</sup> Percebendo as dissensões e sabendo explorá-las, o representante régio consegue afastar Viana da região, obrigando-o a se retirar para o sertão do São Francisco. Para coroar sua tática de pacificação, o governador concede indulto geral aos envolvidos nos levantamentos anteriores, seguindo recomendação aventada no Conselho Ultramarino.<sup>49</sup>

Porém, o perdão universal, agradando aos emboabas, desgostava aos paulistas. Tão logo concretizara negociação com os principais líderes do Rio das Velhas, Albuquerque enceta viagem em direção ao sul, aportando no Rio das Mortes. O trajeto do governador seguia o som dos rumores. Corria, mais uma vez, a notícia de que os paulistas organizavam revide das afrontas, prometendo vingança ao episódio do

---

<sup>47</sup> RELAÇÃO do princípio descoberto... *Códice Costa Matoso...* p.200.

<sup>48</sup> RELAÇÃO de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas. *Códice Costa Matoso...* p. 207.

<sup>49</sup> PROVIDÊNCIAS tomadas pelo Conselho Ultramarino a respeito da luta dos emboabas. Lisboa, 22 de novembro de 1709. Documento transcrito por José Soares de MELLO. *Emboabas: crônica...* p. 279-281. O indulto fazia exceção aos dois cabeças da facção emboaba, Manuel Nunes Viana e Bento do Amaral Coutinho. No entanto, por Alvará régio de 27 de novembro de 1709, seriam perdoados todos os integrantes das revoltas, inclusive os dois cabeças. ALVARÁ Régio. Lisboa, 27 de novembro de 1709. APM, SC 04, fl. 28.

“Capão”, ocorrido em fevereiro. Enquanto se certificava da veracidade do boato, o governador demorou alguns dias no Arraial Novo, aproveitando o tempo para amainar os ânimos dos moradores, aos quais garantia que os paulistas não atacavam, “e assim que tratassem com sossego das suas conveniências como mineiros e deixassem o ofício de soldados”. Mas, a desconfiança dos emboabas era maior que os panos quentes de Albuquerque, “por terem melhor conhecimento dos paulistas do que ele, governador”.<sup>50</sup> As suspeitas, enfim, se confirmam na notícia de que os últimos juntavam forças em Guaratinguetá, no propósito da vingança, ao “som de armas com corpo numeroso”.<sup>51</sup>

A toda pressa, Albuquerque vai até o reduto, em uma derradeira tentativa de evitar o confronto. Ao chegar lá, percebe que o exército paulista, com mais de dois mil indivíduos, era formado quase exclusivamente por ameríndios: “pretos, índios da terra, mamelucos, e muito poucos brancos”. Os mestiços haviam elegido postos e concedido patentes militares, repetindo também eles a usurpação da prerrogativa régia. Amador Bueno da Veiga, poderoso paulista, era quem governava o exército. Dom Antônio procura convencê-los a largar as armas, acenando-lhes com a possibilidade de enviar representação ao rei. No entanto, os paulistas escusam o conselho, pois o expediente “não permitia demora de recurso a Vossa Majestade”. Expõem que “como descobridores daquelas Minas, eram os senhores delas”; e, em vista disto, por que não desejavam a convivência dos forasteiros, “queriam ir expulsá-los e apossar-se delas”. Arrogavam o “direito” de posse sobre as terras auríferas, argumento jurídico que lhes havia sido facultado pela boca de “letrados e eclesiásticos de barrete”.<sup>52</sup> Albuquerque certifica existirem notícias de que muitos religiosos paulistas “na prédica e em toda a parte incitavam aos Povos a que fossem restaurar o que era seu”.<sup>53</sup>

Os relatos que descrevem o encontro são diversos, uns apontando o teor pacífico dos diálogos entre dom Antônio e os paulistas, e outros dando conta de uma possível animosidade entre eles.<sup>54</sup> Seja como for, a autoridade não consegue frear os instintos

---

<sup>50</sup> HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes... *Códice Costa Matoso...* p. 235-36.

<sup>51</sup> CARTA de dom Antônio de Noronha para o Rei. Sem data. Documento transcrito por Isaias GOLGUER. *Guerra dos Emboabas...* p. 200.

<sup>52</sup> Segundo a enciclopédia virtual *Wikipédia*, Barrete é uma veste litúrgica utilizado pelo clero e pelos seminaristas durante as celebrações litúrgicas e/ou sempre que estejam de vestes corais (batina e sobrepeliz) ou vestes sagradas, para cobrir a cabeça.

Endereço eletrônico: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrete\\_%28veste\\_lit%C3%BArgica%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrete_%28veste_lit%C3%BArgica%29). Acesso: 08/03/2008. Possivelmente, a expressão “eclesiásticos de barrete” remetia ao clero secular.

<sup>53</sup> CARTA de dom Antônio de Noronha para o Rei. Sem data. Documento transcrito por Isaias GOLGUER. *Guerra dos Emboabas...* p. 202-203.

<sup>54</sup> Segundo o relato do padre Manuel da FONSECA os paulistas receberam “cortesmente” o governador. Mas, durante as negociações, os ânimos teriam se exaltado. “Não falta quem diga que eles [os paulistas] o



belicosos. Há, inclusive, cilada lingüística curiosa, enredada por um carijó paulista, que, escutando as promessas e pedidos do governador, teria dito a outro, em tupi, diante de Albuquerque: “mandemos matar este puto emboaba!”. Contudo, o enigma silábico foi rapidamente decifrado pelo português, que já estivera longos anos no Brasil, governando o Grão-Pará (1685-1690) e o Maranhão (1690-1701), e, portanto, sabia a “língua da terra”. Percebendo o perigo, o general acatou logo o conselho que lhe fizera um frade, seu companheiro no encontro: “vamos seguindo viagem”.<sup>55</sup> Ainda que a história pareça bastante prosaica, mesclando anedotário e ficção, ela descreve temática interessante e rara do conjunto lingüístico colonial. Para além da predominância política e social da língua portuguesa, as falas orais (e, por consequência, também as murmurações) possuíam características complexas, misturadas que eram a linguagens não européias, articuladas pelos índios nativos e pelos escravos africanos. Quando estas vozes marginais assumiam conotação política, elas podiam desferir conteúdos perigosos, agravados ainda pela exclusividade de seus significados – como sucedeu no caso acima. Mas, a história de Minas também conheceria, afinal, quanto aos escravos, como o uso secreto dos dialetos africanos permitia conspirar signos e arranjos de revolta, sem que os europeus sequer desconfiassem do palavreado.

Resolutos no retorno às minas, almejando a restituição de suas lavras e a desforra política, os paulistas se encaminharam ao Rio das Mortes, prontos para o confronto. Enquanto dom Antônio de Albuquerque ia para o Rio de Janeiro, sem alcançar a paz, os emboabas, avisados de que a beligerância tornara-se inevitável, armam fortificação e também se preparam. A coluna ameríndia avista-se com os forasteiros do Arraial Novo no dia 14 de novembro de 1709. Os dois grupos mantêm por cinco dias uma batalha entrincheirada, sem que nenhum deles conseguisse avançar sobre o inimigo, embora os paulistas houvessem obtido situação de vantagem estratégica.<sup>56</sup> Ao final deste período, corre a notícia de que uma força de socorro, enviada pelos emboabas de Ouro Preto, se aproximava do conflito, a fim de engrossar o exército defensivo. Temerosos desta novidade, os paulistas, enfim, desistem da refrega e recolhem suas armas, sob as “sombras da noite”.<sup>57</sup>

Obtinha desfecho a guerra civil dos mineradores, conflito que marcou política e

---

quiseram prender, e que tendo aviso secreto [dom Antônio] deixara de ir a São Paulo”. *Vida do Venerável padre...* p. 214.

<sup>55</sup> RELAÇÃO do princípio descoberto... *Códice Costa Matoso...* p. 200.

<sup>56</sup> Veja-se a narrativa dada pelo padre Manuel da FONSECA. *Vida do Venerável padre...* p. 215-219.

<sup>57</sup> Charles BOXER “Paulistas e Emboabas”. *A Idade de Ouro do Brasil...* p. 101.

economicamente o futuro da região aurífera. Os emboabas haviam conseguido vitória importante, dominando, a partir dali, as melhores porções e oportunidades do território, à custa da expulsão de seus concorrentes. Também o desejo normativo da coroa refletiu as conseqüências do confronto. A 26 de fevereiro de 1710, era criada a nova capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, adensando as atividades administrativas da monarquia nos núcleos da mineração.

Junto a isto, a contenda ensejou novas práticas políticas e culturais, por meio da intensidade lingüística. Boatos, murmurações e vozes públicas difundiram, a todo o momento, conteúdos contraditórios, criando rivalidades na opinião pública local. Embora a animosidade encontrasse vazão física nas movimentações dos bandos armados, havia também disputa no campo da boataria. E, ali, os partidos se confundiam. A paternidade daqueles “mexericos diabólicos”, os paulistas imputavam a seus opositores, ao passo que estes procediam ao inverso. A indefinição era uma das características desta linguagem, como fosse ela gestada por sujeitos ocultos. Os burburinhos tornavam-se públicos, comuns, formados e propagados a um só tempo por todos e por ninguém. Seus limites poderiam – caso extremo, mas não excepcional – fugir ao controle e atingir patamar perigoso. Nem mesmo a representação oficial da monarquia escapou das especulações e o governador do Rio, dom Fernando Mascarenhas, foi atalhado por murmurações violentas, que lhe impediram o caminho às Gerais. Porém, por outro lado, também Manuel Nunes Viana, governante que fora, ele próprio, *aclamado* pelas vozes, não pôde tolher o reverso da boataria: os povos de Sabará *reclamam* de sua gestão, tão logo ela se torna o alvo de murmurações.

No entanto, se as vozes pareciam anônimas e gerais, enfatizando indistinção, elas não deixavam de possuir grande dose de objetividade. Como palavras historicamente localizadas, os boatos veiculavam notícias que tinham motivações subjacentes, determinadas. Todo o imbróglio de rixas pessoais, todas as escaramuças particulares que envolveram indivíduos de ambos os partidos, refletiram-se num confronto maior, extrapolado em discursos públicos que movimentavam rumores. Por detrás de cada boato, residiam interesses políticos deliberados. Esta concretude das murmurações permitiu que elas fossem instrumento eficaz de mobilização social. Conforme surgiam as notícias, no seu enalço, moviam-se os contingentes e os bandos armados, numa clara relação de reciprocidade entre palavra e conflito. Além disto, as vozes concederam mesmo justificativa para os embates. Muitas irregularidades haviam sido cometidas no desenrolar das contendas, mas todas elas poderiam ser explicadas

recorrendo-se aos conteúdos inebriantes do vozerio. Os rumores causavam temores generalizados e, portanto, radicalizavam as atitudes rebeldes.<sup>58</sup>

Na interpretação de Adriana Romeiro, as murmurações constituíram elemento político fundamental no desenrolar e no desfecho do confronto. Para a autora, seria possível deduzir que, em grande parte, a vitória emboaba se dera no campo da boataria. Os forasteiros teriam sabido se utilizar das vozes como “estratégia militar eficiente”. Enraizada na tradição política européia, os boatos forneceram aos adventícios americanos a arma capaz de amedrontar seus rivais nativos do Planalto. Segundo Romeiro, os paulistas não souberam lidar com o jogo de representações, que os rumores criavam. A “tática do boato”, alheia à tradição beligerante paulista, contribuíra para a retração do revide. Sintomático disto, o cerco ao Arraial Novo, que criara situação bastante favorável à vitória paulista, não se concretizou, por conta da notícia de que chegavam imensas tropas emboabas de Ouro Preto, num boato intencionalmente exagerado e falacioso.<sup>59</sup>

Por fim, as murmurações delinearão algumas características importantes da opinião pública mineira. É preciso enfatizar que as vozes não possuíam neutralidade política. Ao contrário, incentivavam parcialidades e desentendimentos. Mas, em todo caso, faziam isto de maneira peculiar. Na proporção em que os boatos ganhavam os arraiais e lugarejos, envolvendo os habitantes naquela ritualística oral de comunicação, as mensagens produziam momentos de debate político, nos quais uma notícia poderia, ou não, ganhar relevância, dependendo do crédito que a ela concedessem os interlocutores. Há, neste sentido, *opções* retóricas em disputa, quer dizer, discursos

---

<sup>58</sup> “O papel que os boatos assumiram neste episódio, ao longo do conflito e, posteriormente, na sua justificação e na memória sobre os eventos, deve ser destacado. No calor dos acontecimentos, era argumento eficaz para a mobilização de contingentes para novos confrontos e batalhas. Era um instrumento de ação. Tornaram-se forma de justificar atitudes mais radicais e violentas, *a posteriori*. Após um levantamento de tais proporções, que incluiu a nomeação de autoridades, prerrogativa régia, ambos os lados teriam que se justificar perante a coroa e perante a história. Assim, valiam-se de boatos que tornassem aceitáveis atos condenáveis”. Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros...* p. 87.

<sup>59</sup> “Aliás, o levante emboaba principia quando são espalhados rumores de que os paulistas estariam planejando massacrar todos os forasteiros da região mineradora. Bento do Amaral Coutinho conta que circulava nas Minas o rumor de que ‘juravam os paulistas passar a ferro frio todos os emboabas’. Nas décadas seguintes, Manuel Nunes Viana notabilizar-se-ia pela sua habilidade em disseminar boatos para mobilizar a população, opondo-a às autoridades locais. A estratégia consistia em instaurar um clima de pânico coletivo, capaz de legitimar as ações mais desconcertantes. Mais que o poder das armas, foram os boatos sobre a iminente chegada de um gigantesco reforço de tropas, aliás à superioridade numérica do partido emboaba, que decidiram o desfecho dos confrontos armados. Inscrita numa tradição política européia, a tática do boato era desconhecida pelos paulistas, visto que seus inimigos – negros quilombolas ou indígenas – não recorriam a esse tipo de expediente, preferindo antes a guerrilha.” Adriana ROMEIRO “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p 529-548; p. 544.

divergentes, que informam o conteúdo contraditório da publicidade colonial. O fato de um boato atingir difusão, à revelia de outros, é por si só item político significativo, reflexo das escolhas discursivas que foram adotadas, implícita ou explicitamente, pelos grupos sociais inseridos no debate.

Por causa disto, a opinião pública das minas refletiu as contradições sociais latentes nos distritos auríferos. Quem observar os boatos circulantes durante as rusgas, possivelmente, perceberá que eles pareciam difundir interesses exclusivos dos potentados locais, de ambos os lados. Muitas vezes serviram ora ao ataque emboaba, ora ao revide paulista, e todas elas coordenavam os bandos armados que, dirigidos por redes de alianças entre os poderosos e destes com suas respectivas escravarias e clientelas, realizavam os confrontos. Daí a característica predominante daquelas murmurações: elas refletiam a estrutura hierárquica da sociedade colonial.

Um observador ocular descreveu os enfrentamentos de 1708-9 referindo-se às “bocas de fogo” que opuseram, um ao outro, os dois grupos adversários.<sup>60</sup> A metáfora não podia ser mais feliz. De fato, bocas e fogo existiram mutuamente no confronto, como partes indissolúveis de uma mesma realidade. Enquanto as vozes tiveram como efeito o empunho das armas, os detentores destas estimulavam, por sua vez, a difusão dos rumores.

#### **Bibliografia:**

- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998.
- BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000
- CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. São Paulo: FFLCH/ USP, Tese de doutoramento, 2002
- GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2008. Dissertação de Mestrado.
- GOLGUER, Isaías. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.
- MATOS, Odilon Nogueira de. “A Guerra dos Emboabas” in: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 1, v. 1, p. 324-334; p. 325.
- MELLO, José Soares de. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929.
- ROMEIRO, Adriana. “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas*

---

<sup>60</sup> HISTÓRIA do distrito do Rio das Mortes... *Códice Costa Matoso...* p. 230.

- Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p 529-548.
- \_\_\_\_\_. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1690-1751*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1979.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 2.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725”. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

**Fontes impressas e manuscritas:**

- ALVARÁ Régio. Lisboa, 27 de novembro de 1709. APM, SC 04, fl. 28.
- CÓDICE Costa Matoso. Coleção das Notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, v. 1
- FONSECA, Manuel da. *Vida do Venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição Geográfica, topográfica, Histórica e Política da capitania de Minas Gerais/Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento\Fundação João Pinheiro\ centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.